

## IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ANÁLISE DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?”

Deise Luiza da Silva Ferraz<sup>1</sup>

Marcos Moura-Paula<sup>2</sup>

Bárbara Katherine Faris Biondini<sup>3</sup>

Aline Fábria Guerra de Moraes<sup>4</sup>

### Resumo

A ideologia, encarada ontologicamente, serve como meio de orientação para determinadas práticas sociais, que ocorrem em consonância aos interesses de uma classe específica e promovem a manutenção ou superação de determinados conflitos na sociedade, encontrando na afetividade um facilitador de sua reprodução. Na atividade das trabalhadoras domésticas a afetividade é um ponto importante em sua relação com o ambiente de trabalho. Por meio da análise fílmica, nosso objetivo foi analisar o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem determinada ideologia perpassada por elementos da afetividade mediante a análise do filme “Que horas ela volta?”. A subjetividade das trabalhadoras domésticas é construída a partir da ideologia que permeia a relação de trabalho em que elas estão inseridas e que as relações estabelecidas na esfera familiar acabam ganhando cunho afetivo, o que, por vezes, impede o desenvolvimento de relações formais de trabalho e reforçam certas posições dos trabalhadores em diferentes estratos de classe.

**Palavras-chave:** Afetividade. Empregadas domésticas. Ideologia. Relações de trabalho. Subjetividade.

---

<sup>1</sup> Doutora em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Email: deiseluiza@face.ufmg.br

<sup>2</sup> Mestre em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Email: mourapaula@ufmg.br

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Email: barbarak@ufmg.br

<sup>4</sup> Mestre em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Email: lineguerra@hotmail.com

**IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:  
ANÁLISE DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?”**

Deise Luiza da Silva Ferraz | Marcos Moura-Paula | Bárbara Katherine Faris Biondini | Aline  
Fábia Guerra de Moraes

**IDEOLOGY, SUBJECTIVITY, AND AFFECTION IN LABOR  
RELATIONS: AN ANALYSIS OF THE FILM “THE SECOND  
MOTHER”**

**Abstract**

Ideology considered ontologically serves as guidance for certain social practices that occur in consonance with interests of a specific class and promote the maintenance or overcoming of certain conflicts in society, finding in affectivity a facilitator of ideology reproduction. In the activity of domestic workers the affectivity can be considered as an important factor in its relation to the work environment. In this perspective, our objective was to analyze through film analysis the constitutive content of the subjectivity of domestic workers that reproduce a determined ideology pervaded by emotional elements by analyzing the Brazilian film “The second mother”. The subjectivity of domestic workers is built on the ideology that permeates the employment relationship in which they are involved and that the relations cultivated in the family sphere end up gaining an affective nature which sometimes prevents the development of formal work relations and reinforces some positions of workers in different class strata.

**Key-words:** Affection. Domestic workers. Ideology. Labor relations. Subjectivity.

251

---

**IDEOLOGÍA, SUBJETIVIDAD Y AFECTIVIDAD EN LAS  
RELACIONES LABORALES: ANÁLISIS DE LA PELÍCULA “UNA  
SEGUNDA MADRE”**

**Resumen**

La ideología considerada ontológicamente sirve como guía para ciertas prácticas sociales que ocurren en consonancia con los intereses de una clase específica y promueven el mantenimiento o la superación de ciertos conflictos en la sociedad, encontrando en la afectividad un facilitador de la reproducción ideológica. En la actividad de las trabajadoras domésticas, se puede considerar la afectividad un factor importante en su relación con el entorno de trabajo. En esta perspectiva, nuestro objetivo fue analizar a través del análisis fílmico el contenido constitutivo de la subjetividad de las trabajadoras domésticas que reproducen una determinada ideología impregnada de elementos emocionales mediante el análisis de la película brasileña “Una segunda madre”. La subjetividad de las trabajadoras domésticas se basa en la ideología que impregna la relación laboral en la que ellas están involucradas y que las relaciones cultivadas en la esfera

familiar alcanzan un carácter afectivo que a veces impide el desarrollo de relaciones laborales formales y refuerza algunas posiciones de los trabajadores en diferentes estratos de clase.

**Palabras clave:** Afectividad. Ideología. Relaciones laborales. Subjetividad. Trabajadoras domésticas.

## QUASE DA FAMÍLIA (UMA INTRODUÇÃO)

É humano interiorizar seu mundo externo, imediato. A subjetivação da objetividade existente é um movimento necessário para a orientação da prática humana. Prática esta que ocorre em uma sociedade marcada pelo antagonismo capital-trabalho, ganhando relevo, nesse contexto, o estudo de questões ideológicas envolvidas nessa relação. No marxismo, a ideologia tem sido estudada tanto epistemológica quanto ontologicamente (VAISMAN, 2010). Considerada a questão ontológica, um conhecimento sobre a realidade, científico ou não, torna-se ideologia ao servir como meio de orientação para determinadas práticas sociais (LUKÁCS, 2013). Práticas que ocorrem em consonância aos interesses da classe específica, promovendo a manutenção ou superação de determinados conflitos na sociedade (RANIERI; SILVA, 2011). Assim, a prática cotidiana e certa elaboração ideal da realidade que apregoam os interesses da classe capitalista são o imediato [im]posto aos trabalhadores sob o sociometabolismo do capital; eles, assim, procedem também a interiorização dos discursos dominantes sobre as relações sociais, ainda que estes contradigam seus próprios interesses. Porém, essa interiorização ocorre porque tal idealidade (com potencialidade ideológica) guarda relativa correspondência com a prática, não sendo, portanto, uma mera inversão do real.

Salimon e Siqueira (2013) argumentam que gerencialismo é uma ideologia que busca imbuir nos trabalhadores um conjunto de crenças e

práticas, visto que as empresas formam o lugar para a construção de um espaço “maternal” no qual os indivíduos desenvolvem uma relação afetiva entre si, pois é lócus onde as pessoas passam grande parte do seu tempo, eis a vida cotidiana imediata. Porém, nem todo trabalho é desempenhado dentro de empresas, como ocorre no caso das domésticas. A casa, o lar, o espaço privado é um lugar de excelência dos vínculos afetivos. Nesse sentido, poderíamos nos perguntar se o comportamento das domésticas estaria sendo orientado segundo um padrão ideológico sustentado na exacerbação afetiva. Afinal, as empregadoras aparecem como verdadeiras mães para as domésticas; os filhos dos patrões são criados como se fossem seus filhos (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014). Não seria este, então, o espaço ideal mencionado por Gondim et al. (2009) para o estabelecimento de relações afetivas que orientam comportamentos conforme interesse de outro grupo social? Considerando uma resposta positiva, que comportamento está sendo orientado? Ou ainda, quem se beneficia com tal comportamento? Para refletir sobre essas indagações, pretendemos focar o aspecto da produção de subjetividade dos trabalhadores, nesse caso, das trabalhadoras domésticas.

Embora pesquisas anteriores tenham discutido diferentes manifestações da afetividade no trabalho doméstico, a dificuldade da efetivação de direitos trabalhistas e os lugares ocupados pelas domésticas (BRITES, 2007; GIRARD-NUNES; SILVA, 2013; TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015), questões ideológicas envolvidas na produção da afetividade e subjetividade tem sido pouco exploradas nessa relação de trabalho. Dessa forma, nosso objetivo foi analisar o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem uma determinada ideologia perpassada pelos elementos da afetividade mediante a análise do filme “Que horas ela volta?” (doravante QHEV).

QHEV teve grande repercussão no Brasil ao representar as relações cotidianas de uma parte dos brasileiros, causando impacto no público. O

mérito do filme foi justamente causar impacto por corresponder à realidade. Consideremos ainda que os filmes operam como elementos mediadores da reprodução e/ou questionamento de certas ideologias. QHEV cumpriu os dois papéis, quiçá, por isso tenha obtido indicações e premiações em vários festivais (GOMES, 2015).

Fora das empresas, mas dentro do movimento geral do capital, esse grupo social representado no filme necessita também ter uma subjetividade condizente com os interesses da classe antagônica. Assim, problematizar a produção de uma determinada subjetividade é um processo envolto na questão das lutas ideológicas estabelecidas entre as classes. Afinal, em Marx, a subjetividade humana se produz na relação recíproca com a objetividade, portanto, compreender o ser e estar do humano no mundo não prescinde da compreensão do par objetividade-subjetividade. É a vivência objetiva-subjetiva da objetividade da vida que engendra a subjetividade vivida. Uma objetividade cuja explicação ideada preponderante pode ter caráter ideológico ao produzir determinadas vivências, comportamentos, que dirimam conflitos. Diante disso, na próxima seção, apresentamos algumas considerações sobre ideologia e sua relação com a afetividade. Posteriormente, apresentamos uma análise do ser doméstica no Brasil, o método utilizado, a análise empreendida e as considerações finais, respectivamente.

## IDEOLOGIA E AFETIVIDADE: PORES TELEOLÓGICOS DE SEGUNDA ORDEM

Lukács (2013) é um autor importante para compreender a ideologia para além da questão gnosiológica, que se preocupa mais em averiguar a verdade ou falsidade de determinadas ideias do que em compreender suas funções para dirimir conflitos sociais (RANIERI; SILVA, 2011; VAISMAN, 1996, 2010). “A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração

ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Contudo, não é qualquer elaboração ideal que se torna ideologia para Lukács. “Algo, portanto, transforma-se em ideologia, não nasce necessariamente ideologia, e essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas” (VAISMAN, 2010, p. 51).

Lukács (2013) buscou avançar a teorização marxiana acerca do trabalho como fator ontológico, estudando ontologicamente o ideal e o agir. Para o autor, o trabalho pressupõe um conhecimento, o mais aproximado possível, da rede causal em que é realizado. “O que caracteriza e determina a especificidade da atividade humana é a transformação da atividade natural em uma ‘atividade posta’, ou seja, é a configuração objetiva de um fim previamente estabelecido – o *pôr teleológico*” (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 20, grifo dos autores).

O trabalho enseja um *pôr teleológico*, formulado na consciência (momento ideal), que precede sua realização material; do ponto de vista ontológico, há uma divisão entre um ato ideal e outro material, porém, não há justificativa ontológica para uma divisão social do trabalho manifestada na divisão intelectual (ato ideal) e manual (ato material) em particularidades distintas do ser (VAISMAN, 1996). Essa autonomia da ideia não pode romper a relação desta com sua própria origem: o trabalho (LUKÁCS, 2013). Nesse sentido, a ideologia deve ser estudada em seu aspecto ontoprático, analisando-a essencialmente pela função social que desempenha (VAISMAN, 2010), ganhando relevo, assim, a concepção lukacsiana de ideologia, que tem como ponto fundamental “a noção de homem como ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato de trabalho”, no *pôr teleológico* e “no desencadeamento de causalidades que o envolvem” (VAISMAN, 1996, p. 107).

Para que os humanos desempenhem seus *pôres teleológicos* (primários) na esfera da reprodução material da vida – econômica –, é

necessário que haja pores teleológicos (secundários) que estão além da esfera econômica, mas das quais esta depende para que se continue a produzir (VAISMAN, 1996). Pode-se constatar a existência desses pores teleológicos secundários “no nível mais incipiente do desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que o processo laborativo coloca aos homens tarefas que só podem ser cumpridas se elas forem acompanhadas por posturas e afetividades adequadas à sua execução” (VAISMAN, 2010, p. 47). Cabe destacar que em Lukács (2013, p. 150) os pores teleológicos secundários são aqueles que querem induzir “outros homens a realizar por si mesmos determinados pores”, visto que o objeto do pôr é a transformação da consciência de outrem, enquanto os pores teleológicos primários são dirigidos “exclusivamente à transformação dos objetos naturais, à aplicação de processos naturais”.

O costume, o uso, a educação, a tradição, etc., se fundamentam em pores teleológicos secundários, e com o desenvolvimento das forças produtivas, vão aumentando continuamente seu raio de ação, terminando por se tornarem esferas específicas (LUKÁCS, 2013). Cabe destacar, como já fez Vaisman (2010), que aos pores teleológicos acompanham-se posturas e afetividades adequadas. O desenvolvimento da afetividade é também o desenvolvimento da sociabilidade humana. Marx (2006, p. 110) indicou que “a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui”, e, assim, por exemplo, ele afirma que um objeto “só tem sentido para um sentido que lhe corresponda”.

[...] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os

sentidos práticos (vontade, amor, etc), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada* (MARX, 2006, p. 110, grifos do autor).

Em suma, os sentidos humanos se fazem na atividade sobre o objeto, seja este humano ou não. Este desenvolvimento é a expressão da genericidade humana e também a particularidade do indivíduo em suas relações sociais históricas. A atividade desenvolve nossos sentidos *vis-à-vis* com o desenvolvimento de sensações que são subjetivadas, constituindo nossa subjetividade. Entendemos, então, neste artigo, que a afetividade é a expressão de nossa subjetividade, produzida por meio de uma atividade social, na instância do sentir o mundo, que reconhecemos como: prazer, bem-estar, euforia, etc. Essas sensações não estão desprovidas de seu aspecto orgânico, tampouco de seu aspecto social, afinal, a liberação das substâncias corporais que agem sobre todo organismo humano desencadeando aquelas sensações está relacionada com o objeto da relação no processo relacional, nas experiências vividas. Assim, o ser humano não é refém de um sentimento chamado paixão. A paixão, o amor, etc., são respostas às objetividades vividas que se manifestam em distintas intensidades conforme as relações sociais estabelecidas se complexificam. Tal como o ouvir humano se complexifica e complexifica a música; amar complexifica-se à medida em que se complexifica o objeto e a relação objetiva que afetam a subjetividade dos indivíduos que sentem (amam).

Considerando o exposto sobre os pores teleológicos secundários e a afetividade (expressão de uma instância de nossa subjetividade) que se constitui e se efetiva na efetivação desses pores, destacamos a importância de refletir sobre o último no processo de reprodução ideológica no sociometabolismo do capital. Se apropriamo-nos idealmente do mundo em um processo inexoravelmente afetivo – até mesmo na apreensão que tem como momento predominante a racionalidade - não há como

desconsiderar que a apreensão ideal das relações sociais com carácter ideológico (apreensão ideal com potencialidade de produzir comportamentos que dirimam conflitos sociais reais) seja efetuada em relações que estão constituídas e constituem nossa afetividade. Nesse sentido, Iasi (2006) destacou que as relações materiais e objetivas são transpostas em visões subjetivas do mundo por meio de vínculos afetivos. Essa consciência individual imediata, onde o particular já se apresenta como universal, é base para o desenvolvimento da dominação. A ideologia, então, é “a expressão organizada e sistemática deste particular para permanecer como universalidade com fins de dominação política de uma classe sobre a outra” (IASI, 2006, p. 223). Dominação assegurada pelo carácter ontoprático da ideologia, pois esta atua indicando modos de ação e conformação dos seres sociais, conforme os conflitos sociais que lhes são postos (RANIERI; SILVA, 2011).

## O SER DOMÉSTICA NA CONTEMPORANEIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

O lugar da empregada doméstica<sup>5</sup> na nossa sociedade é fruto de inquietações, pois estas estão circulando como trabalhadoras na esfera privada do lar. Um lar que não é o seu. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – (2013), há mais de 6,1 milhões de trabalhadoras nesta condição, recebendo salários mais baixos (cerca de R\$ 509,00) se comparado a outras categorias.

Entretanto, este considerável número de trabalhadoras não garante o reconhecimento de suas atividades como trabalho, sendo essas, em alguns casos, consideradas como não trabalho ou subtrabalho. Segundo Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), devido a discussões surgidas na

---

<sup>5</sup> Usamos o termo no feminino pelo fato de que as mulheres são maioria nesta categoria, conforme DIEESE (2013).

sociologia estadunidense dos anos 1950, em que se afirmava que as profissões são aquelas que possuem conhecimento técnico científico, o trabalho realizado pelas domésticas seria caracterizado como uma ocupação. Contudo, uma alternativa a esta condição surgiu em 2013, com a aprovação da “PEC das Domésticas” – convertida em lei complementar 150/2015 –, garantindo a estas trabalhadoras direitos trabalhistas, como jornada de 8 horas diárias e máximo de 44 semanais, pagamento de horas extras, etc. (DIEESE, 2013). Assim, cria-se uma possibilidade de identidade de classe às domésticas que, embora não estejam diretamente envolvidas no processo de produção do valor, devem ser consideradas no processo ampliado de valorização, sobretudo, quando a compra dessa força de trabalho é efetuada por outro trabalhador, que não se torna um capitalista por empregar força de trabalho (MARX, 2013).

Apesar de trabalharem, o trabalho das domésticas, em geral, não é um trabalho produtivo, considerando que não visa à valorização do capital (MARX, 2013). Contudo, entra na esfera da produção de valor à medida que barateia o custo de reprodução de parte da força de trabalho, mostrando, portanto, que seu trabalho, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, se faz necessário ao movimento de acumulação do capital. Ferraz (2013, p. 82) realiza essa discussão utilizando como exemplo os trabalhos realizados por mulheres da classe trabalhadora para outras mulheres, também trabalhadoras, como o serviço de babás, e afirma que as primeiras “atuam como mecanismo direto de barateamento da força de trabalho, pois o labor realizado por elas [...] funciona como um mecanismo que alavanca a exploração por via da diminuição dos custos de [re]produção da força de trabalho”. Ainda segundo a autora, esta atividade também libera o Estado dos custos destinados à demanda por escolas infantis, abrindo caminho para o deslocamento das verbas do fundo público aos setores industriais da economia.

Assim, mesmo com a aprovação daquela lei, o papel das domésticas ainda é debate conflituoso sobre seu lugar na estruturação das classes. O que dizer, então, dos aspectos da esfera cultural e afetiva que condicionam a subjetividade das empregadas domésticas? Afinal, mesmo com garantias legais, elas ainda são tidas como posses dos patrões, os quais possuem protagonismo nesta relação (MELO, 2015). Ademais, as relações das trabalhadoras domésticas com seus empregadores são marcadas por interpessoalidade e familiarização, contribuindo para sua descaracterização como profissionais, pois são consideradas como “da família” (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013).

Pensando historicamente a profissão, remetemo-nos à questão da abolição da escravatura. Se a abolição rompeu o vínculo de trabalho entre senhor-escravo, não rompeu o sentimento de posse. E no movimento de transformação do negro em força de trabalho livre, observamos as descendentes de mulheres que foram escravizadas tornaram-se, em geral, empregadas domésticas (BRITES, 2013), sendo essa sua principal fonte de sustento e de suas famílias. Ainda hoje, presenciamos a manutenção de uma espécie de herança profissional nas famílias negras e empobrecidas<sup>6</sup>. Assim, a empregada doméstica é da família, não por relações consanguíneas, mas em função da troca da força de trabalho por um salário, em geral baixo, e um “teto”, ocupando a casa, sendo “da família”. O “da família” reflete uma relação social de posse e não de pertença, porém, isso não exclui o elemento presente nas relações sociais: a afetividade.

A afetividade é um ponto importante na relação das domésticas com o ambiente de trabalho. “Além do contexto social em que vivem, sua atividade invoca sentimentos de afetividade e de familiaridade relativos a outras pessoas e territórios, como a ‘casa dos patrões’, por exemplo”

---

<sup>6</sup> Conforme Brites (2013), 62% das trabalhadoras domésticas brasileiras são negras e recebem salário 15% inferior ao de suas homólogas brancas.

(TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 162). A relação com as patroas, na maioria dos casos, é de maternidade, apadrinhamento, sendo estas consideradas “segundas mães” (CAMARGO, 2009 *apud* TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 173). Essa afetividade, por vezes, além de retirar o contexto de direitos trabalhistas da questão, ainda incute na subjetividade dessas trabalhadoras a ideia de que aquilo é parte delas, repercutindo negativamente, como já mencionado, na percepção de empregada doméstica como profissional. Instala-se, então, o dilema do ser e não ser, tão bem expresso no “como se fosse”.

O “como se fosse” é uma interjeição sutil de exclusão, pois remete à ideia de que a doméstica “está”, mas não “é” do núcleo familiar. A relação concreta que permite “estar” no seio familiar ocorre pela venda da força de trabalho, mesmo ato que impossibilita o “ser” da família, embora possa existir afetividade entre os membros da relação mercantil. Ainda que haja exceções, elas somente reafirmam a regra: depois que o valor de uso da força de trabalho da doméstica termina, extingue-se o processo de troca e, o “como se fosse” abre as portas (dos fundos) da casa para a saída desse pseudomembro familiar.

Portanto, “um conjunto coerente e sistemático de imagens e representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta” (CHAUÍ, 1981, p. 21) institucionaliza as posições exercidas pelos atores dessa relação: por um lado, a empregada, como membro de uma esfera social inferior, internaliza uma relação de bondade por parte dos patrões, a quem deve obedecer; por outro, as patroas, que julgam realizar benfeitorias por empregarem e, muitas vezes, abrigarem as domésticas em suas casas, tratando-as “como se fossem” da família.

## A ANÁLISE FÍLMICA

As análises fílmicas têm se tornando recorrentes, pois as obras cinematográficas expressam realidades, mentalidades e tensões que podem ter ficado esquecidas na sociedade (VANOYE; GOLLIOT-LÉTÉ, 2008). Ademais, os filmes podem ser representações do real, da sociedade que os produz, de seus idealizadores, tornando a observação da vida cotidiana, de determinadas realidades, um elemento com valor estético (MORAES; GOMES; HELAL, 2016). Partindo dessa definição, é possível inserir QHEV nessa perspectiva, pois este apresenta o cotidiano de muitas famílias brasileiras.

A análise fílmica é uma técnica rica e complexa, requerendo atenção minuciosa aos detalhes. Segundo Vanoye e Goliot-Lété (2008, p. 13), “analisar um filme não é mais vê-lo, é revê-lo e, mais ainda, examiná-lo tecnicamente. [...] Desmontar um filme é, de fato, estender seu registro perceptivo e, com isso, se o filme for realmente rico, usufruí-lo melhor”, e ainda “[...] não é possível conduzir, elaborar, uma análise de filme apenas com base nas primeiras impressões”, o que significa ser necessário rever os filmes, buscando identificar pormenores que aparecem sutilmente, extrapolando as primeiras impressões (VANOYE; GOLLIOT-LÉTÉ, 2008).

Vanoye e Goliot-Lété (2008) partem de três premissas para a realização deste tipo de análise: a primeira se refere à superação do primeiro olhar, assistir o filme a ser analisado mais de uma vez, com o objetivo de conseguir adentrar na problemática apresentada. A segunda premissa discorre sobre a necessidade de decompor as cenas, de decompor o filme em elementos que o constituem. Os autores ressaltam que, partindo dessa decomposição da totalidade, é possível aos que analisam “separar-se” do filme, de modo a analisá-lo de acordo com aquilo que observam. Após esse movimento de fragmentação, surge a terceira premissa: a necessidade de recompor essas cenas, o elo entre elas. Nesse momento, esse elo, essa nova criação, é de responsabilidade daqueles que analisam, não sendo, necessariamente, uma recriação do

filme analisado. Contudo, faz-se necessário “partir e chegar” do/no filme, ou seja, “[...] não se deve sucumbir a tentação de superar o filme. [...] O filme é, portanto, o ponto de partida e o ponto de chegada da análise” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2008, p. 15).

Tendo em mente as sugestões e premissas dos autores citados, buscamos analisar as cenas de QHEV para sair da zona do primeiro olhar, atentando a elementos que, por vezes, passam despercebidos, como questões relativas à afetividade, à divisão do trabalho, à construção da subjetividade do ser trabalhadora, etc., aprofundando, assim, nossa análise para atingir o objetivo proposto. Desse modo, realizamos, em um primeiro momento, uma análise do filme, destacando elementos (xícaras furtadas, por exemplo) e cenas (como a de afetividade entre filho do patrão e a empregada) pertinentes para o entendimento do todo. Destacamos que essa análise ocorreu após os autores assistirem ao filme mais de duas vezes. As cenas escolhidas foram destacadas considerando a proposta de Marie (*apud* VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2008), que aponta para a duração e elementos visuais apresentados na cena, a trilha sonora, a relação entre as imagens apresentadas e a trilha posta, etc.; como também por expressarem um conteúdo discursivo que visava condicionar determinada prática da outra pessoa por meio de expressões afetivas ou por expressarem julgamento das práticas sustentadas em elementos afetivos. Dessa forma, elaboramos quadros descritivos sobre cenas importantes para que estes pudessem guiar as análises posteriores. Tais quadros continham o tempo (minutagem), descrição e trilha sonora que compunha a cena e outros elementos que se destacaram, facilitando sua procura para leituras consecutivas.

Em seguida, relacionamos as cenas selecionadas com a literatura pertinente, respeitando o proposto pela terceira premissa de Vanoye e Goliot-Lété (2008), em que se busca reconstruir o filme, partindo dele e voltando ao mesmo. A partir desta etapa, foram realizados os

apontamentos com a realidade do trabalho doméstico no Brasil, e, de modo a finalizar nossa análise, retornarmos ao filme, refletindo de forma crítica sobre ele, desenvolvendo explicações e considerações que apresentamos a seguir.

### **“ISSO AÍ NINGUÉM PRECISA EXPLICAR NÃO, A PESSOA JÁ NASCE SABENDO O QUE PODE, O QUE É QUE NÃO PODE”**

Após as discussões realizadas, trataremos nesta seção da construção da subjetividade da empregada doméstica e de seu modo de ser e estabelecer relações, com base no contexto ideológico em que essa está inserida, a partir do filme QHEV. Esse é uma produção brasileira de 2015, que mistura drama e comédia, com direção de Anna Muylaert. O filme apresenta a história de Val, que deixa Pernambuco em busca de melhores condições de vida em São Paulo, trabalhando como empregada doméstica na casa de uma família de classe média, trajetória comum entre várias trabalhadoras e trabalhadores que migram conforme o movimento de migração do capital.

Na estória, Val, que deixa uma filha (Jéssica) em Pernambuco, é responsável por cuidar do filho da patroa, Fabinho, com o qual tem uma relação maternal. O espaço vazio materno-afetivo criado pelo distanciamento da filha passa a ser parcialmente ocupado pelo filho da patroa. A reciprocidade afetiva instala-se à medida que a mãe do menino, submetida a uma jornada de trabalho prolongada, se distancia de sua função sócio-histórica de genitora. Aqui, observa-se que a atividade da doméstica acaba invocando “sentimentos de afetividade e de familiaridade” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 162) tão caras à sociabilidade moderna. Por sua vez, Val, também submetida a uma jornada de trabalho que consome praticamente todo o seu tempo, já que vive na casa dos “patrões”, se distancia, inclusive geograficamente, da

tarefa materna que lhe cabe por ordem sanguínea; embora Val entendesse que mandar dinheiro para a criação da filha fosse sinal de afeto e preocupação. Pensamento que não causa espanto, pois, conforme Chagas (2013), o dinheiro é um meio de reconciliar o sujeito com o objeto de sua atividade: “O sujeito mesmo expressa seu ser não em si, mas fora de si, no ter, na posse do dinheiro. Também seus afetos, carinho, desejo, amor, para com os demais se afirmam apenas no dinheiro” (CHAGAS, 2013, p. 78).

Val, supostamente tratada como da família, na prática, ocupa um lugar à margem dessa configuração, ao restringir-se a espaços específicos. Embora sejam quase da família, as empregadas têm, em algumas moradias, um quarto e banheiro exclusivos, o famoso “quartinho de empregada” (BRITES, 2007). Esse quarto muitas vezes abriga objetos que a família prefere afastar de sua visão cotidiana. As empregadas também devem saber que não podem descansar em certos locais (como quarto da patroa ou dos filhos) ou móveis (como o sofá da sala) destinados à família. Não deixa de causar estupefação em Val, e também na patroa, Bárbara, quando Jéssica demanda estudar num dos quartos da família, e não no quarto da empregada, por exemplo.

Exemplos dos espaços específicos podem ser vistos nas refeições separadas da família; na proibição velada do uso de áreas comuns da casa, como a piscina, etc. Uma das cenas iniciais do filme demonstra isso: Fabinho indaga Val por que ela não entra na piscina. A lógica dos espaços específicos é apontada por Brites (2007) como informações subliminares da distância social entre as crianças e a empregada doméstica<sup>7</sup>, ainda que tal relação seja permeada pela afetividade. A criança aprende, por meio de informações práticas cotidianas e com afetividade, que na sociedade de classes cada um tem seu lugar. Ela desenvolve o sentimento de amor por

---

<sup>7</sup> Não desconsideramos as relações afetivas que podem ser estabelecidas entre “patrões” e “empregadas”, mas discutir isto aqui traria, ainda, uma questão complexa: o assédio sexual. Não afirmamos que todo empregador e toda doméstica estabelecem relações afetivo-sexuais, apenas destacamos que esse seria um elemento que demandaria outras reflexões, que não faremos. Embora QHEV permita esse debate mediante a análise do assédio sofrido por Jéssica.

um ser que está privado de certas condições que lhe estão postas de forma “natural”. Desta forma, a afetividade não invalida a manutenção das relações hierárquicas. Não é por estabelecerem uma relação de troca – compra e venda da força de trabalho – que não exista a afetividade, tampouco a existência de afetividades entre sujeitos privados invalida a luta de classes.

É no contexto permeado por afeto e intimidade que as crianças aprendem a distância social entre elas e as empregadas (BRITES, 2007), de forma que esse tipo de relação é repassada entre gerações, reforçando o papel internalizado também pelas domésticas, que têm sua subjetividade produzida a partir de um lugar de inferioridade nessa relação de trabalho. Mantém assim o processo de domínio de uma classe sobre a outra, ainda que mediada pela reprodução de comportamentos no interior dos substratos da classe trabalhadora. Reprodução comportamental que obstaculiza a identificação de determinados estratos da classe trabalhadora (em geral, nominada como classe média) como classe trabalhadora. Impede a construção da classe para si. Destacamos, com essa afirmação, a necessidade dos estudiosos da classe compreenderem a reprodução de padrões comportamentais não como elemento excludente de alguns grupos da classe trabalhadora, mas sim como veículo ideológico – na concepção ontoprática – que impõe obstáculos a exacerbação das lutas entre as classes.

A chegada de Jéssica quebra a dinâmica naturalizada em que Val se encontrava, mostrando o quanto as relações em que a personagem vivia eram questionáveis. Os espaços não ocupados por Val e as “regras” aprendidas socialmente, tornam-se frutos de indagações que levam a empregada repensar sua condição e abandonar o lar que a “acolheu”. Jéssica atua como elemento que tensiona as contradições presentes na relação e que estavam ocultos no sistema explicativo da realidade.

Outro elemento acerca da produção da subjetividade dos trabalhadores permeada pela ideologia pode ser observado na exclamação de Val de que a “patroa” é uma “mãe”, devido ao fato que esta se propõe a pagar um colchão para Jéssica. A condição econômica da doméstica é tão precária que lhe faltam possibilidades financeiras de adquirir um colchão para a filha. O depauperamento é um elemento que reforça a posição de inferioridade da trabalhadora frente seus empregadores e cria a possibilidade da eterna gratidão. A construção da ideia de ser a empregadora “uma mãe” ocorre devido à condição subalterna em que estas se encontram, condições que decorrem de relações de trabalho nem sempre dignas.

As empregadas possuem direitos, sendo trabalhadoras como quaisquer outras, entretanto, o imaginário que possuem é de que a relação é sempre pautada por “favores” (GIRARD-NUNES; SILVA, 2013). Que mãe deixará seu filho dormir no chão tendo meios para prover um descanso mais adequado? Assim, a “patroa-mãe” doa o objeto necessário à mãe-empregada, que presenteia a filha recém-chegada. Como a ideologia precisa fazer algum sentido, ainda que ínfimo, à experiência daqueles a ela submetidos (EAGLETON, 1997), o gesto de Bárbara parece nobre aos olhos de Val, ainda que houvesse quartos disponíveis na casa que poderia fazê-la prescindir do empréstimo do colchão, porém Val já havia aprendido: há lugares que não pertencem aos empregados e sua prole; afinal, a maternidade da “mãe-burguesa” tem limites, a filha de sua “filha-trabalhadora” não é digna de ser considerada hóspede. Assim como a “filha-trabalhadora” não é digna de banhar-se na piscina da “casa grande”.

Outra cena emblemática do filme ocorre quando Val e Jéssica estão próximas à piscina. Jéssica pergunta a Val se ela já nadou na piscina, ao que Val responde com indignação, como se a pergunta fosse um absurdo, que ela não nadaria “na piscina da casa dos outros”. Aqui, contemplamos

a questão de que Val, mesmo morando com os patrões há mais de dez anos, não pode considerar-se como “parte da família” residente naquele local, pois existem apenas momentos determinados em que ela pode assumir esse papel. A discussão de “lugar” levantada por Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) aparece de forma clara nessa questão. Afinal, qual o lugar das empregadas? São ou não parte da família? Nossas reflexões apontam que não. As empregadas não são parte da família, elas são “como se fossem”, e aqui, esta interjeição sutil de exclusão é exemplificada novamente, pois além de a empregada ser vista “como se fosse” da família, fora dos espaços usuais de circulação, a casa também é apenas “como se fosse” dela. Manter a empregada em uma casa “como se fosse” sua, ou seja, oferecer, além do salário, um lar como troca pela sua força de trabalho, só reforça a noção de que essa deve estar todo o tempo disponível para a execução de suas atividades. Eis um benefício que compõe a remuneração atuando como elemento para a expansão da jornada de trabalho.

Na continuidade da cena, Fabinho e um amigo dirigem-se a piscina e convidam Jéssica para nadar. O amigo, assim como Jéssica, não é dono da piscina, porém, algo o autoriza a banhar-se na “casa dos outros”: o pertencimento ao mesmo estrato social. Por sua vez, Jéssica não tem essa autorização social e, seguindo orientação de Val, responde que não nadaria sob a justificativa de não possuir biquíni, internalizando o lugar que lhe cabe na relação social e não expressando o real motivo que a mãe havia lhe explicado. Vale destacar o papel do laço afetivo nessa interiorização. A negação de Jéssica ainda não é para ela um ato de acordo com seu modo de ser e pensar a realidade social que a cerca, porém, por consideração à mãe e visando evitar problemas para Val, Jéssica submete-se. Entretanto, os garotos a jogam na piscina e os três brincam no local. Não podemos deixar de chamar a atenção para a opressão presente no aparente ato de subversão. Ainda que a vontade não expressa de Jéssica

fosse entrar na piscina, ela não tem liberdade de fazer isso quando quer, na prática, ela submerge aos desejos do filho do patrão ao ser jogada. Ademais, as brincadeiras trouxeram à tona todo o sentimento de menosprezo que o ideário burguês tem sobre a classe trabalhadora: afinal, Bárbara manda retirar a água que fora contaminada por “rato”. Analogias não são resgatadas sem intencionalidades.

Val discute com Jéssica, manda-lhe sair da piscina e, na cena seguinte, ambas estão na rua passeando com o cachorro. Neste momento, Val encontra Raimunda, uma amiga, também empregada doméstica. Raimunda, ao saber da atitude de Jéssica, expressa indignação, assim como Val, demonstrando que não se trata de uma forma singular de compreender o mundo e o lugar da doméstica nas relações sociais. E, mais do que isso, essa compreensão não é entendida como um processo social, mas natural, como demonstra o diálogo entre Val e Jéssica, quando esta questiona onde a mãe aprendeu a ser subalterna da forma como o faz, sendo possível perceber na resposta de Val como esta reproduz comportamentos que retratam como a ideologia dominante está incutida na mente de trabalhadores:

Jéssica: – Não sei onde tu aprendeu essas coisas, fica falando não pode isso, não pode aquilo. Tava escrito num livro, como é? Quem te ensinou? Chegou aqui, ficaram te explicando essas coisas?

Val: – Isso aí ninguém precisa explicar não, *a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode*. Tu parece que é de outro planeta.

Ao relatar que “a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode”, Val externaliza o que as relações sociais antagônicas de classe, na prática de ser trabalhadora, lhe ensinaram: seu lugar na hierarquia social. O vivido – a experiência prática – acrescido da impossibilidade de ter uma compreensão mais totalizada das relações sociais (MÉSZÁROS, 2008) – impossibilidade posta pela complexificação da divisão social do

trabalho – torna um elemento de caráter social, natural. Em termos lukacsianos, percebemos que pores teleológicos secundários oportunizam a reprodução dos pores teleológicos primários, fazendo com que as relações de causalidade social apareçam sem a característica social, ou seja, ocorre a naturalização das relações causais sociais. A ideologia de classe presente no imaginário das domésticas, a oposição entre os mundos, entre as distintas classes, é reforçada na sociedade, que a internaliza e reproduz, tanto em membros da classe burguesa, como da classe trabalhadora. E é nesse processo de interiorização das relações concretas (ideias e práticas) que as subjetividades se constituem. E, assim, tendo comportamentos e afetividades adequadas cumpre-se o processo laborativo em que cabe a alguns limpar a sujeira de outros.

Reforçando a ideologia da distinção entre as classes como um fenômeno natural, temos cenas que apresentam Val como consciente do “seu lugar” e o dos patrões. Estas cenas são reforçadas por elementos que se repetem, a exemplo do sorvete, da piscina, da mesa, do quarto de estudos. Existe o sorvete do patrão e o dos empregados, a mesa dos patrões e a dos empregados. No diálogo com Jéssica, Val exclama: “Filha de empregada sentar na mesa dos patrões!?” e obtém como resposta: “Eles não são meus patrões”. Estes pormenores diários reforçam o que Lukács (2013) afirma sobre como os problemas cotidianos são tomados pela consciência mediante as ideologias. Para Val, tomar um sorvete ou se sentar em uma mesa diferente da dos patrões é algo cotidiano que repõe as subjetividades postas. É a prática que realimenta a ideia que lhe foi ensinada de subalternidade, ainda, e justamente, permeada de afetividade.

Subalternidade com afetividade é um dos mecanismos acionados para a manutenção da exploração, seja no âmbito da fábrica, seja no doméstico. A exploração do trabalho no âmbito doméstico analisado nesse texto, em que não ocorre a valorização do valor, coloca em outros termos o processo de exploração: embora não haja apropriação de mais valor, há

trabalho não pago, como pode ser visto de forma emblemática no trabalho voluntário de Val na festa de aniversário de sua empregadora.

A falsa relação de pertencimento que é criada com a família, e que Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) já apontam como juridicamente prejudicial para as relações de trabalho, faz com que Val se sinta na obrigação de servir durante todo o tempo em que permanece na casa dos patrões. Esse sentimento de obrigação compõe o imaginário da classe trabalhadora em geral, afinal, assim como Val, os trabalhadores ouvem insistentemente que “tudo que têm” é graças ao direito que os empregadores deram aos trabalhadores de melhor lhe servirem.

Crença que encontra correspondência com a prática à medida que os trabalhadores possuem dificuldade de reprodução da existência quando não efetivam a venda de sua mercadoria. Porém, é também crença que escamoteia a essência da relação: o capitalista só se produz como capitalista quando não entrega ao trabalhador o equivalente ao valor que este produziu. O salário, em sua manifestação aparente de equivalência, e os pores teleológicos de segunda ordem, que envolvem a afetividade manifestada como gratidão, compõem um campo fértil para a reprodução dos interesses de uma classe como o interesse universal.

Abrir nesse campo um espaço para o questionamento de tais interesses necessita de fissuras no cotidiano que coloquem inquietudes no processo de subjetivação da objetividade existente. Jéssica cumpre esse papel, apontando os vazios, as lacunas, que tornavam o discurso coerente (CHAUÍ, 1981), pondo em dúvida elementos até então inquestionáveis para Val. Por outro lado, importante ponderar que Jéssica, para cumprir esse papel, precisa também estabelecer relações afetivas com Val. E aqui fica uma indagação para os Sindicatos: o processo de burocratização dessa entidade da classe trabalhadora seria um dos elementos que tem mitigado o processo de questionamento das contradições capital-trabalho por obstaculizar o estabelecimento de relações afetivas dos representantes

sindicais com sua base? Responder essa questão não está no escopo deste texto; mas não poderíamos nos furtar de fazê-la antes de partimos para algumas considerações finais.

### **“XÍCARAS FURTADAS”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS QUE NÃO EMANCIPAM**

Analisar o filme em questão, buscando compreender o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem uma determinada ideologia perpassada pelos elementos da afetividade, permitiu observar que o ideário capitalista se reproduz sem necessitar romper com todos os elementos do ideário pré-capitalista. Por vezes, parte deste último para se alçar como o ideário universal conforme necessidade dos interesses de manutenção das relações sociais capitalistas. A função doméstica aparece na história brasileira desde os tempos do Império, quando as sinhás possuíam escravas negras responsáveis, além dos afazeres domésticos, pelos cuidados dos filhos de seus senhores, estabelecendo uma relação afetiva com estes e recebendo diversos tratamentos a exemplo de “segunda mãe”, “mãe preta”, “ama de leite”, “ama seca”, etc. Ao analisarmos o cenário contemporâneo, percebemos que mulheres negras ainda são maioria nessa função, agora não mais como escravas, mas como assalariadas que executam aquelas funções e estão subordinadas a relações trabalhistas, ainda que não plenamente asseguradas pelos direitos conquistados na luta entre as classes. Justamente por não ser mais na condição de escravas, nos moldes que a escravidão ocorreu no Brasil, que Val pode ser interpretada por Regina Casé sem o efeito de crítica social que ocorreu, por exemplo, na novela *Escrava Isaura*.

Mesmo com a aprovação da “PEC das Domésticas” pelo Senado e outras tentativas de formalização deste tipo de trabalho, as relações de

cunho afetivo (acrescidas do medo comum a todos os trabalhadores de serem descartados) criadas na esfera familiar, permanecem e reforçam a ideologia disseminada entre as domésticas, levando muitas vezes as empregadas a não revelarem o não cumprimento das leis trabalhistas pelos patrões, bem como a estenderem sua jornada de trabalho sem a contrapartida salarial correspondente, etc.

Foi possível perceber, em QHEV, que há predominância de um sistema de valores e ideias que possibilita a naturalização das relações sociais de exploração e opressão sustentadas pelo imaginário comum que possuímos sobre a possibilidade de “ser na família sem ser da família”. Ser na família opera-se pela efetivação das práticas atribuídas às mulheres na sociedade patriarcal: cuidar, limpar, alimentar etc., que permite a Val ser “mãe” sem ser genitora. Providenciar a satisfação de algumas carências de Val que não são satisfeitas por meio do salário faz com que Val veja na patroa uma mãe para si, e a mãe que é para Jéssica - aquela que garante as condições materiais de existência, enviando-lhe dinheiro. Assim, a divisão sexual do trabalho, que também é desdobramento da divisão social do trabalho, constitui elementos presentes na subjetividade do ser doméstica no Brasil. E ser doméstica é estar num lugar de inferioridade na estrutura das relações sociais.

A inferioridade desse trabalho é exacerbada numa sociedade em que o capital instituiu-se sem a necessidade de romper com todos os valores da época precedente, ou seja, sem a necessidade de superar os valores escravistas. Assim, o subalterno não vê no comprador de sua força de trabalho apenas seu patrão, mas, também, seu senhor. A hierarquização social continua sendo naturalizada pela demarcação dos espaços, e a inferioridade da trabalhadora é estabelecida em uma relação afetiva em que a doméstica precisa pedir permissão para ser objeto de atenção. Como objeto de menor estima, sua subjetividade é produzida como ser inferior

cujos direitos lhe são restritos – vide a aprovação das leis trabalhistas para a trabalhadora doméstica levar mais de um século para ser efetivada.

Esse ideário ideológico de “ser na família sem ser da família” é repassado entre gerações e não é questionado pelas trabalhadoras, tampouco pelas empregadoras. Existe um acordo tácito nessa relação que ajuda amenizar a tensão constante e latente entre patrões e empregadas, mas que não impede pequenas subversões.

A saída de Val da casa dos patrões não ocorre sem uma atitude subversiva, ato comum a quem se sente injustiçado ou ferido em seus sentimentos mais nobres, simbolizada pelo “furto” de um conjunto de xícaras que ela dera de presente a Bárbara. Val presenteia Bárbara por acreditar na relação afetiva. Val retira de Bárbara o presente, para simbolicamente romper essa relação. Relação que sendo sempre um “como se fosse”, apresenta o conjunto de xícaras como uma “quase herança”. Se Bárbara questionasse esse ato, D. Quixote lhe responderia:

274

---

Tudo isso está muito bem [...] mas fiquem os sapatos e as sangrias pelos açoites que sem culpa lhe destes, pois se ele rompeu o couro dos sapatos que vós pagastes, vós lhe rompestes o do corpo, e, se lhe tirou o barbeiro sangue quando estava doente, vós lho tirastes quando estava são; assim, pois, ficando uma coisa por outra, não vos deve nada (CERVANTES, 2010, p. 81).

Ainda que, em termos marxianos, tal quitação não seja possível, recorrer a um texto artístico que questiona um sistema de valores em transformação é uma licença literária que utilizamos para reforçar a crítica que trazemos neste texto.

QHEV não é um filme esteticamente inovador. Sua força está em comover por colocar em xeque o cotidiano. Comove porque coloca a empregada doméstica – representante da classe trabalhadora – como sujeito da história. Porém, trata-se de um sujeito que rompe parcialmente

IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:  
ANÁLISE DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?”

Deise Luiza da Silva Ferraz | Marcos Moura-Paula | Bárbara Katherine Faris Biondini | Aline  
Fábia Guerra de Moraes

com as amarras que lhe prendem à condição de pessoa explorada e oprimida. A redenção apresentada no filme não rompe com o ideário capitalista, questiona valores e hábitos presentes nas relações de trabalho que são remanescentes do pré-capitalismo brasileiro. A suposta emancipação de Val é oportunizada pelo rompimento de sua condição de “ama-seca” – partida de Fabinho – e pela possibilidade de ascensão social pela qualificação da força de trabalho (aprovação de Jéssica no vestibular). Portanto, trata-se de uma emancipação virtual. Val, Jéssica e os trabalhadores em geral seguem na luta cotidiana de se reproduzirem como trabalhadores.

O filme desnaturaliza a posição ideológica midiática que reforça os papéis de afetividade, de submissão, de gratidão e de inferioridade das empregadas. Resta saber quem são as pessoas que têm acesso ao filme. Para quem foi produzido? Que população vai atingir? Seria ele um instrumento que traz à tona novas formas de pensar a condição das empregadas? Para patrões, um reforço de condições que não estão perto de extinguir-se? Enquanto essas questões não são respondidas, um grande contingente de domésticas no país continua a reiterar a condição que lhes foi imposta subjetiva e objetivamente.

## Referências

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cad. Pagu**, v. 29, jul/dez. 2007. doi:10.1590/S0104-83332007000200005

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico no Brasil: questões, leituras e políticas. **Cad. Pesquisas**, v. 43, n. 149, p. 422-451, 2013. doi:10.1590/S0100-15742013000200004

CERVANTES, M. **O Engenhoso Fidalgo D. Quixote da Mancha**. São Paulo: Editora Abril, 2010, vol. 1

CHAGAS, E.F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/formação**, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago. 2013. doi: 10.1590/S0101-31732013000200005

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n. 68, p. 1-27, agosto 2013. Disponível em: <http://goo.gl/qX6UqQ>, acesso em 10 dez. 2015.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, Boitempo, 1997.

FERRAZ, D.L.S. Pelo fim da categoria inclusão/exclusão: a questão do exército de reserva no capitalismo contemporâneo. In: CATTANI, A.D.; DÍAZ, L.M.; COHEN, N. (Orgs.). **A construção da sociedade justa na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013. p. 1-20.

GIRARD-NUNES, C.; SILVA, P.H.I. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Soc. estado**, v. 28, n. 3, p. 587-606, 2013. [doi:10.1590/S0102-69922013000300007](https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300007)

GOMES, K. Que horas ela se revolta? **Público**, Rio de Janeiro, 02 dez. 15. Cultura-Ípsilon. Disponível em: <https://goo.gl/Nyajg8>, acesso em 26 fev. 2016.

GONDIM, S.M.G. *et al.* Status profissional e gênero na atribuição intercultural de afetos no trabalho. **Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, v. 10, n. 4, p. 75-99, 2009. doi:10.1590/S1678-69712009000400005

IASI, M.L. **As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, M.M. Vingança da empregadinha? Um ano-chave para a doméstica na telenovela brasileira. **Comunicologia. Revista de Comunicação e Epistemologia**, v. 8, n. 1, p. 90-111 jan./jun. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/8h8q2K>, acesso em 7 jul. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais.** São Paulo: Boitempo, 2008.

277

MORAES, A.F.G.; GOMES, D.C.; HELAL, D.H. Cultura e Jeitinho Brasileiro: uma análise dos filmes Tropa de Elite 1 e 2. **Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, v. 17, n. 3, p. 84-104, 2016. doi:10.1590/1678-69712016/administracao.v17n3p84-104

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina.** Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/Z1nKy0>, acesso em 10 dez. 2015.

QUE horas ela volta? [S.l.]: Pandora Filmes. 2015. DVD (112 min.): son., color.

RANIERI, J.; SILVA, N.R. A ideologia e sua fundamentação no trabalho. **Perspectivas**, v. 39, p. 179-195, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/oLsCUF>, acesso em 7 jul. 2016.

SALIMON, M.I.; SIQUEIRA, M.V.S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **Rev. Adm. (São Paulo)**, v. 48, n. 4, p. 643-657, 2013. doi:10.5700/rausp1111

IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:  
ANÁLISE DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?”

Deise Luiza da Silva Ferraz | Marcos Moura-Paula | Bárbara Katherine Faris Biondini | Aline Fábria Guerra de Moraes

TEIXEIRA, J.C.; CARRIERI, A.P.; MAFRA, F.L.N. “A bichinha é safadinha”: O imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

\_\_\_\_\_; SARAIVA, L.A.S.; CARRIERI, A.P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organ. Soc.**, v. 22, n. 72, p. 161-178, Jan./Mar., 2015. doi:10.1590/1984-9230728

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. 248f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, n. 12, ano VI, p. 40-64, out. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/s3n92M>, acesso em 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_; FORTES, R.V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 5-28.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Trad: Marina Appenzeller. 5. ed. Campinas: Papirus, 2008.

278

---

**Submetido em: 30/05/2017**

**Aprovado em: 26/08/2017**